

---

**“OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER”:  
O BUSTO DE CARLOS LAMARCA COMO ARTE PÚBLICA E PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO DE CAJATI - SP**

---

*Mariane Pimentel Tutui<sup>1</sup>  
Raoni Aratana Ferreira Oliveira<sup>2</sup>*

**RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo ressaltar a preservação da memória dos movimentos de resistência ao regime militar como arte pública e patrimônio histórico, dando ênfase para o busto de Carlos Lamarca, localizado no Parque Estadual Rio Turvo (PERT), no município de Cajati, Vale do Ribeira. O busto que fora retirado de seu pedestal em 2017 juntamente com um painel de fotos e informações do guerrilheiro pela região, com a justificativa de apologia ao crime e proselitismo político, constituía uma parte importante da história e da identidade local, regional e nacional, partindo da premissa de que Lamarca (1937-1971), ex-capitão do exército e guerrilheiro, liderou a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) na década de 1970 e teve um papel fundamental na atuação contra o regime militar instalado no país entre 1964 e 1985.

**PALAVRAS-CHAVE:** Carlos Lamarca; patrimônio; memória; identidade; ditadura.

**ABSTRACT**

The present article aims to highlight the preservation of the memory of resistance movements to the military regime as public art and historical patrimony, with emphasis on the bust of Carlos Lamarca, located in the State Park Rio Turvo (PERT), in the municipality of Cajati, Vale of Ribeira. The bust that had been removed from its pedestal in 2017 along with a panel of guerrilla pictures and information by the region with the justification of apology for crime and political proselytism constituted an important part of local, regional and national history and identity, starting with the premise that Lamarca (1937-1971), a former army captain and guerrilla, led the Revolutionary Popular Vanguard (VPR) in the 1970s and played a key role in acting against the military regime installed in the country between 1964 and 1985.

**KEYWORDS:** Carlos Lamarca; patrimony; memory, identity, dictatorship.

**RESUMEN**

El presente artículo tiene como objetivo resaltar la preservación de la memoria de los movimientos de resistencia al régimen militar como arte público y patrimonio histórico, dando énfasis al busto de Carlos Lamarca, ubicado en el Parque Estadual Rio Turvo

---

<sup>1</sup> Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá - PR (2010) e mestrado em História com ênfase em Fronteiras, Populações e Bens Culturais pela mesma universidade (2014). E-mail: [marianetutui@hotmail.com](mailto:marianetutui@hotmail.com)

<sup>2</sup> Possui graduação em História pela Universidade de Sorocaba - SP (2016). E-mail: [puiqsalvador70@gmail.com](mailto:puiqsalvador70@gmail.com)

(PERT), en el municipio de Cajati, Vale de la Ribeira. El busto que fuera retirado de su pedestal en 2017 junto con un panel de fotos e informaciones del guerrillero por la región con la justificación de apología al crimen y proselitismo político, constituía una parte importante de la historia y de la identidad local, regional y nacional, la premisa de que Lamarca (1937-1971), ex capitán del ejército y guerrillero, encabezó la Vanguardia Popular Revolucionaria (VPR) en la década de 1970 y desempeñó un papel fundamental en la actuación contra el régimen militar instalado en el país entre 1964 y 1985.

**PALABRAS CLAVE:** Carlos Lamarca; patrimonio; la memoria, la identidad, la dictadura.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo pautar suas discussões no âmbito da defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural e, sobretudo, à preservação da memória dos movimentos de resistência ao regime militar no Brasil (1964-1985), tomando como eixo central o busto de Carlos Lamarca, inaugurado em 2012 no museu do Núcleo Capelinha do Parque Estadual Rio Turvo (PERT)<sup>3</sup> – localizado no município de Cajati no Vale do Ribeira. O propósito da construção do busto foi uma iniciativa do conselho do Parque, constituída por membros do poder público e da comunidade. Retirado arbitrariamente de seu local (sem qualquer consulta) em agosto de 2017 e levado para a capital; havia também um painel com fotos contando a história da guerrilha e da repressão da ditadura na região, o qual igualmente fora removido. Esta atitude derivou-se de uma pasta de cunho ambiental interferindo de forma direta na história local e agredindo objetos (os quais deveriam ser reconhecidos como patrimônio) de valor histórico, artístico e cultural que compõem a identidade e a memória da população.

Antes de adentrarmos as questões relacionadas a remoção do busto e aos embates pela preservação do patrimônio, bem como de nossa identidade e memória; é importante discorrermos sobre a figura de Carlos Lamarca e ressaltarmos sua importância para a história do país. Prestes a completar 47 anos de sua morte, Lamarca teve papel fundamental na luta contra a ditadura brasileira; condenado pelo Superior Tribunal Militar como traidor e desertor, comandou diversas ações de guerrilha urbana, organizou um foco guerrilheiro no Vale do Ribeira e liderou o sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher em 1970 no Rio de Janeiro, em troca da libertação de 70 presos políticos. Foi morto em uma operação formada por militares no interior da Bahia em 17 de setembro de 1971.

<sup>3</sup> Localizado na área da Bacia do Ribeira de Iguape.

Lamarca faz parte da história não só do município de Cajati, mas também do Vale do Ribeira e do Brasil.

## A TRAJETÓRIA DE CARLOS LAMARCA

Carlos Lamarca nasceu no dia 27 de outubro de 1937 na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Estácio, zona norte. Filho de sapateiro e de uma dona de casa, estudou desde pequeno, visando sempre superar as necessidades de sua humilde família. De acordo com os jornalistas Emiliano José e Oldack Miranda na obra editada no ano de 1986, *Lamarca O Capitão da Guerrilha*<sup>4</sup>, apontam que desde pequeno Lamarca denotava características de um garoto disciplinado.

O caráter de retidão e de uniformidade o levou a escolher a carreira militar, dado que a mesma lhe assegurava em primeira fase uma remuneração e posteriormente a possibilidade de um futuro promissor na condição de oficial do exército. “Lamarca tenta duas vezes ingressar nos colégios Militares de São Paulo e de Fortaleza” (MIRANDA, JOSÉ, 1986, p. 33), mas em ambos fora reprovado. Em 1954 ingressa na Escola Preparatória de Cadetes em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Após o egresso no Sul entra para os Agulhas Negras em Resende no Rio de Janeiro, no ano de 1958.

Neste período casa-se com Maria Pavan (a Marina), sua amiga de infância. É também neste entretanto, do ano de 1957 ao posterior, que inicia suas leituras, voltando-se para a obra de Leon Tolstói (1828-1910). Sob a ótica dos autores: “A predileção pelas evoluções militares dos personagens em “Guerra e Paz” vai lhe custar uma repreensão de seus superiores” (MIRANDA, JOSÉ, 1986, p.34).

Sua leitura política começa através do órgão de imprensa do PCB (Partido Comunista Brasileiro), *A Voz Operária*, cuja célula do partido se encarregava de infiltrar “panfletos e documentos deixados debaixo de seu lençol” (MIRANDA, JOSÉ, 1986, p.34). Lamarca nunca fora do partido, porém se simpatizava com os ideais comunistas desde

<sup>4</sup> EMILIANO, José; MIRANDA, Oldack. **Lamarca o capitão da guerrilha**. Global editora e distribuidora Ltda. São Paulo / Rio de Janeiro, 1986.

então; designado a servir em São Paulo na condição de oficial-aspirante, ingressa no 4º Regimento de Infantaria em Quitaúna em Osasco, no ano de 1960.

Com o tempo Lamarca vai se destacando no âmbito militar; em 1962 é enviado à missão de paz da ONU (Organização das Nações Unidas), no Canal de Suez, Faixa de Gaza (localizado em Rabah, Oriente Médio, Palestina). Segundo Miranda e José, naquele local ele presenciará a pobreza do povo palestino o que o fará refletir sobre a realidade brasileira:

No Suez ele aprende coisas novas. A Marina e aos seus amigos comentava que a realidade do povo árabe era muito mais cruel. Que os árabes passavam fome. Que sofriam muito, assim como os brasileiros, e se fosse combater, para ser justo, teria de passar para o lado deles. E passaria se houvesse combate, afirmava. Foi ali - disse um dia – “que tomei maior consciência da pobreza” (MIRANDA, JOSÉ, 1986, p. 34).

Quando retorna do Canal de Suez, irá servir no Batalhão de Polícia do Exército de Porto Alegre, onde inicia seu engajamento político, praticando sua primeira desobediência<sup>5</sup>. Lamarca pede sua transferência para Osasco, onde reencontra seu antigo companheiro de caserna, o sargento Darcy Rodrigues (1941 - )<sup>6</sup>, o qual estivera preso no ano de 1964<sup>7</sup> porém, reintegrou-se ao exército logo após este episódio. Rodrigues trabalhava no regimento como agitador, propondo a formação de um grupo de estudos<sup>8</sup>. Com base na leitura da obra de José e Miranda, Lamarca se debruça nos textos de Lênin, Mao-Tsé-Tung e Che Guevara.

<sup>5</sup> Num sábado à noite, escalado como oficial de dia, dispensa o sargento subordinado e promove a fuga do capitão da aeronáutica Alfredo Ribeiro Dandt, acusado de atividades subversivas. Era o mês de dezembro de 1964 (MIRANDA, JOSÉ, 1986, p. 35).

<sup>6</sup> Darcy Rodrigues ex sargento do exército brasileiro, participou da guerrilha do Ribeira onde fora preso.

<sup>7</sup> Em 15 de Maio, foi público que “o referido militar foi preso para averiguações, sujeito da IPM – Inquérito Policial Militar – e em 2 de junho, foi público, que o sargento seja mantido preso por vinte dias, em decorrência das acusações de subversão (JUNIOR, 2003, p. 39).

<sup>8</sup> Demonstrando estar sempre preocupado com a questão política e com a situação nacional, a convite do sargento Aristides Simões, juntou-se a um grupo de militares que se reuniam rotineiramente para discutir tais questões, acabando por formar um Grupo de Estudos. O grupo se tornou o embrião do Círculo de Subtenentes e Sargentos de Quitaúna. Entre outros temas era estudado o marxismo-leninismo (JUNIOR, 2003, p. 51, 52).

O Grupo de estudos entra em contato com o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), oriundo das feiras militares de marinheiros, sargentos e suboficiais ligados diretamente a Leonel Brizola (1922-2004)<sup>9</sup>.

No período da ditadura civil-militar (1964-1985) e especificamente nos anos de 1969 a 1970, Carlos Lamarca atua à frente da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), liderando o comando da organização, a qual encabeçava a resistência armada à ditadura e um programa de revolução nacional libertadora rumo ao socialismo. A VPR é oriunda de dissidentes que compunham a POLOP<sup>10</sup> e o MNR, reagrupados na proposta de enfrentar a ditadura a partir de quadros vindos da baixa patente do exército, suboficiais, operários e do movimento estudantil.

O historiador Marcelo Ridenti caracteriza a VPR como uma organização guerrilheira “militarista” e assinala a diferença entre as inúmeras dissidências, grupos e células que tiveram atuação simultânea no período de combate a repressão dos anos de chumbo:

As características comuns assinaladas valem pelo menos para os seguintes grupos guerrilheiros urbanos: ALA, ALN, COLINA, FLN, FLNe, MAR, MCR, MNR, MOLIPO, MO-26, MR-8, MRT, M3G, PCBR, POC, PRT, RAN, REDE, VAR e VPR. Estes poderiam ser subdivididos: os mais “militaristas”, que se destacavam pelo volume de ações armadas, as quais tiveram papel fundamental no seu projeto revolucionário (ALN, COLINA, FLN, FLNe, MAR, MCR, MNR, MOLIPO, MR-26, MRT, M3G, RAN, REDE e VPR), e os mais “massistas”, isto é, oscilantes, no decorrer de sua trajetória, entre propostas tipicamente militaristas e a defesa da ideia de efetuar um trabalho mais profundo junto às massas, em paralelo ao desenvolvimento das ações armadas urbanas e rurais (ALA, MR-8, PCBR, POC, PRT e VAR). Contudo, a distinção entre tais propostas deve ser feita com prudência, visto haver alguns grupos tipicamente militaristas com presença significativa no movimento de massas de 1968, como a VPR no movimento operário de Osasco, e a ALN no movimento estudantil paulista. Enquanto grupos “massistas”, até com tendências “obreiristas”, caso do POC, encontravam dificuldades para penetrar no movimento de massas (RIDENTI, 1993, p. 57).

<sup>9</sup> Leonel Brizola (1922-2004), político brasileiro e fundador do G11 - Grupo dos Onze -, dissidência da esquerda trabalhista que resistiu a ditadura civil militar no Rio Grande do Sul no ano de 1964.

<sup>10</sup> [...] Em princípios de 1968, após o fracasso da guerrilha de Caparaó, a maioria dos integrantes do MNR juntou-se a uma cisão do grupo trotskista ORM - POLOP, sigla que queria dizer Organização Revolucionária Marxista - Política Operária, para formar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) tendo como líder o sargento Onofre Pinto (ALVES, 1993, p. 53).

De acordo com Ridenti, nessas circunstâncias acima onde são distinguidas as organizações guerrilheiras com características no interior do movimento de massas e outras especificamente militaristas, bem como as ligadas à luta operária, podemos constatar, conforme o autor, as especificidades dos grupos dissidentes em suas nuances na esquerda revolucionária na luta contra o regime civil militar.

Retomando a VPR e a figura de Lamarca, a rigidez no meio militar culmina na formação de quadros ligados à sua liderança, os quais reportam a sua trajetória como capitão. A condição de soldado e oficial irá sucumbir após o assalto ao Quartel de Quitaúna em Osasco nos dias 23 e 24 de janeiro de 1969; a ação em conjunto, contando com a participação de Darcy Rodrigues, Carlos Roberto Zanirato e José Mariane, resulta na fuga e na expropriação de armas e munições.

Conforme relata o historiador Jacob Gorender, essa ação é precipitada mediante a prisão dos quadros: Pedro Lobo de Oliveira, Osvaldo Antônio dos Santos, Ismael Antonio de Souza e Hermes Camargo da Silva. Todos estavam em uma chácara localizada em Ibiti em Itapeverica da Serra e pintavam um caminhão para transportar armas e munições. Porém, foram surpreendidos por uma criança a qual os delatou após ter levado um tapa de um dos militantes. A fuga que seria para o dia 26 é adiantada:

Era o dia 23 e não se devia confiar que os quatro detidos, sem exceção, resistissem às torturas. Não existia alternativa: o capitão e os companheiros precisavam sair imediatamente do Quartel. Na tarde do dia 24, eles atravessaram o portão numa Kombi carregada de 63 fuzis FAL e outras armas. A deserção só despertou atenção no dia seguinte. Breve nota de poucas linhas comunicou-a ao público (GORENDER, 1987, p.134).

Os militantes da VPR em sua maioria caem na clandestinidade e como desertores assumem a condição de revolucionários, protagonizando o início da insubordinação como subversivos, tendo Lamarca a frente do comando da VPR. Abdicando de sua carreira como oficial do exército, Carlos Lamarca, para se dedicar integralmente ao combate à ditadura e a revolução nacional libertadora, postulada pela VPR em seu programa contra o regime civil militar, assume a condição de revolucionário. Para o exército isso será uma traição de lesa pátria, imperdoável, porém, para a esquerda essa atitude invoca um ato heroico. O antinomismo da figura do herói/traidor no interior do imaginário político cria forças ambivalentes como destaca a historiadora Wilma Antunes Maciel:

O capitão Carlos Lamarca transformou-se em um personagem dual: para a esquerda, um herói, pelo desprendimento, coragem e por se colocar inteiramente à disposição da causa revolucionária. Para o Estado militarizado representava a negação da hierarquia militar. Traição, é a palavra-chave que o caracteriza, desqualificá-lo, portanto, seria essencial para justificar tal traição. A trajetória de mudança de Lamarca é marcada pela iniciativa de ousar pensar por si mesmo, questionar e se indignar com as condições de vida dentro do próprio Exército, sensibilizando-se ainda com a dura realidade do povo do seu país. Então, resolveu agir, abandonando uma carreira que poderia lhe trazer segurança e vantagens pessoais (MACIEL, 2006, p. 117).

Lamarca tendo declarado a sua esposa Maria Pavan no ano de 1966 a indignação dentro das fileiras militares, transparece em sua figura de ex-capitão e de guerrilheiro, com base em sua atuação, a imagem personificada do oficial rebelado. Nessa declaração protesta:

- Eu vim servir ao exército pensando que o exército estava servindo ao povo, mas quando o povo grita por seus direitos é reprimido. Aqui, o exército defende os monopólios, os latifundiários, a burguesia. O povo é sempre reprimido. Esse exército é podre e eu não aguento mais... (JOSÉ, MIRANDA, 1986, p.33).

A escolha pela deserção e pela quebra de disciplina do regime interno da caserna conferiu a Lamarca o título de dissidente e traidor da pátria. É nesse contexto como soldado rebelado que inicia sua saga e uma das lideranças do comando da VPR, praticando várias ações de guerrilha urbana no ano de 1969. Sabendo da deserção de Lamarca do exército bem como da quantia de armas e munições, o ex-dirigente comunista e guerrilheiro Carlos Marighella (1911-1969) da ALN (Ação Libertadora Nacional) o convida para chefiar os grupos armados de sua organização, mas o mesmo, conforme o historiador Márcio Moreira Alves, recusa a sua proposta:

[...] Lamarca encontrou-se com Marighella, que o convidou a chefiar os grupos armados da ALN e a assinar com ele, logo após seu desligamento do Exército, um manifesto conclamando o povo brasileiro à revolução (ALVES, 1993, p. 53).

Após o assalto ao Quartel de Quitaúna, uma das ações decisivas para a aquisição de fundos fora o assalto da caixinha do Adhemar<sup>11</sup> pela VAR de Palmares. No ano de 1969

<sup>11</sup> Cofre localizado na mansão do ex-Governador Adhemar de Barros cuja informação fora prestada por Gustavo Buarque Schiller, militante do COLINA à VAR de Palmares por intermédio de sua irmã, Ana Gimel Benchimol Capriglioni, o “Dr Rui”, que fora a famosa amante do ex-governador. Expropriado no dia 18 de julho de 1969 por 13 guerrilheiros continha o valor de US\$ 2.456.064. “Dentre os documentos encontrados no cofre, somente cartas de amor e papéis pessoais, nada havendo de importante que pudesse incriminar o Adhemar de Barros” (JUNIOR, 2003, p.116).

a VPR é convertida na VAR de Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária de Palmares), em fusão com o Colina (Comando de Libertação Nacional). Com quadros, armas e munições conseguem tomar iniciativas de ações na cidade de São Paulo, entre elas a conhecida como Noite de São Bartolomeu<sup>12</sup> e o famoso sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher (mencionado no início do texto).

Dado o emprego de tais ações, a situação era a de armar uma estratégia no campo, mediante a dificuldade de sustentar a luta na cidade, que teve um papel tático, o de levantamento de recursos. O momento era de circunscrever o território na qual se implantaria a escola de guerrilha, a fim de treinar os combatentes da cidade.

Propunha, então, a formação de uma organização de combatentes, e não um partido político. Assim ao teorizar sobre a relação entre a vanguarda e as massas, considerava que o partido seria um passo posterior. No momento tratava-se de criar uma organização de combatentes que, por questões de segurança, não devia manter vínculos orgânicos com a massa, apenas ligações políticas (JOSÉ, MIRANDA, 1986, p. 62).

Podemos salientar que a decisão por mover os quadros da cidade para o campo se deu de forma imprevista, ainda que Carlos Lamarca e Yoshitane Fujimori (1944-1970)<sup>13</sup> já tivessem avaliado o território no qual iriam se acantonar para o treinamento. “Monteiro”<sup>14</sup>, pseudônimo de Joaquim dos Santos, motorista de Lamarca, responsável pela logística, detalha os seguintes acontecimentos que levaram à ida ao Vale do Ribeira.

A necessidade de Lamarca ir ao Vale do Ribeira foi uma emergência, não foi porque a gente tinha preparado, a gente nem esperava que ia para o Vale do Ribeira, não tinha nem cogitação disso. A gente estava com tudo programado para ir para Goiás, e já estava com todo equipamento comprado, já tinha ido para fazenda, estava tudo acertado para a fazenda que a gente ia, nem o Lamarca sabia onde era. Quem ia, quem estava encarregado de fazer tudo isso e tinha escolhido a área foi Quartim de

<sup>12</sup> 26 de janeiro de 1969. O Palácio Bandeirantes, sede do governo paulista, no Morumbi, arde em chamas após o bombardeio de lança-rojões. No mesmo instante, ataque semelhante põe em pânico o quartel-General do II Exército, no bairro do Ibirapuera. Na Cidade Universitária, a Academia Militar de Polícia desmorona com a explosão e cem quilos de dinamite e, ao mesmo tempo, o Campo de Marte é ocupado por cinco militantes da Vanguarda Popular Revolucionária. Os sentinelas são dominados e os controles aviados para confundir o sistema aéreo da cidade. Era a “Noite de São Bartolomeu”, o desfecho de um plano perfeito, destinado a criar um clima de guerra civil (JOSÉ, MIRANDA, 1986, p.36).

<sup>13</sup> Yoshitane Fujimori (1944-1970) ex militar e guerrilheiro morto no momento da prisão pela OBAN (Operação Bandeirantes).

<sup>14</sup> Entrevista concedida no dia 24 de novembro de 2014 na cidade de Itapetininga- SP para o TCC: OLIVEIRA, Raoni Aratana. **A Guerrilha do Ribeira: Atuação da VPR de Jacupiranga à São Miguel Arcanjo**. Trabalho de conclusão do curso de História. Universidade de Sorocaba, 2015.

Moraes, um professor, um dos dirigentes da VPR. O dirigente maior era Onofre Pinto. Quartim desiste e ele sabia da área lá em Goiás faltando uns três dias pra gente começar a viajar pra lá, começar a transportar o pessoal pra lá, no final de 69 e começo de 70, e aí Quartim chega para mim e diz: - Olha Monteiro eu vou precisar de um favor, vou precisar de você, queria que você emprestasse seus documentos pra mim tirar um passaporte porque não vou poder ir lá pra Goiás, eu não consigo ficar longe da minha família você sabe, eu tive que mandar tudo pro exterior, estão na Itália e eu não vou conseguir ir para Goiás. Aí eu falei: - Eu estou sem meus documentos aqui, eu não posso então vamos fazer o seguinte, a tarde a gente marca um encontro daí te passo meus documentos [...] (OLIVEIRA, 2015, p. 23, 24).

Após a desistência de Quartim, se estabelece um problema logístico para a VPR e mediante esse imprevisto Monteiro continua:

[...] eu procurei fazer de conta que não estava acontecendo nada para ele não perceber, aí de tarde a gente vai lá e pega ele e levamos para o aparelho. Você vai ter que explicar, está ficando louco, depois de todo trabalho, toda a montagem que a gente fez o rapaz vai, tudo isso, agora você vai recuar, recua nessas condições! Aí vai dar um bolo danado, ele só não vai morrer porque o Lamarca, o próprio Lamarca era uma pessoa muito boa e fácil de lidar com ele, vamos tentar fazer com que a gente resolva de outra forma, aí eles pegam ele, mantêm ele prisioneiro num aparelho e eles vão dar depois um jeito, tiram ele do Brasil e mandam ele pra Itália, ele como era filho de italiano e tinha cidadania italiana não podiam repatriar ele pra cá então estava garantido que não voltava, pra ele não poder, não podia estar aqui, não podia virar suspeito, senão ia acabar sendo preso, estava queimado, estava procurado, o nome dele nos cartazes “procurase”, e aquele tempo eles punham a foto de todo mundo, e inundava o país inteiro. Não tinham o meu, não tinham o que eles soubessem nada a meu respeito, eu fui um caso raro, fiquei de 64 até o dia em que fui preso e eles não tinham conhecimento nenhum, nada a meu respeito, eles não sabiam o meu nome, não sabiam quais eram parentes meus, que profissão eu tinha, era o único eu não sabia, ninguém conseguia ficar mais que três ou quatro meses sem ser descoberto, eu era o único que fazia seis anos e ninguém sabia nada. Então, resultado, aí tivemos que mudar as pressas, aí numa reunião do comando da VPR rápida, o que vai decidir o que não ia decidir, essa reunião foi feita em São Paulo. A do Vale do Ribeira foi feita em Peruíbe, e todo o esquema estava em minhas mãos (OLIVEIRA, 2015, p. 23, 24).

À Operação Registro<sup>15</sup>, a qual mobilizou as Forças Armadas para perseguir os guerrilheiros liderados por Lamarca, fora cogitada receber o nome de “Calabar”. “Domingos

<sup>15</sup> A Operação Registro foi a maior mobilização da história do II Exército. Foram empregados 2954 homens, entre membros do Centro de Informações do Exército, regimentos de Infantaria, paraquedistas das forças especiais, policias da Policia Militar e Rodoviária de São Paulo e do Dops, além da Marinha para vasculhar e capturar os nove integrantes da VPR, comandados pelo Capitão Carlos Lamarca, que instalou dois centros de treinamento guerrilheiro na área. (VIGNA; ONÇA; VIANA. Napalm no Vale do Ribeira. Disponível em: <http://www.apublica.org/2014/08/napalm-no-vale-do-ribeira/>. Acesso em: 20 out. 2018.

Fernandes Calabar era o nome do soldado brasileiro que mudou de lado e lutou ao lado dos holandeses, em 1637, contra os portugueses” (MACIEL, 2006, p. 119). Ou seja, sob o viés de Maciel, entre os meios militares é construída essa imagem do “Capitão Lamarca”, sinônimo de traição que nutri o sentimento de repúdio, ainda mais quando se trata de um oficial cobiçado pelos militares por sua disciplina, retidão e pontaria. Lamarca utilizou de suas atribuições como capitão para a causa revolucionária. Sob a ótica de Maciel, sua trajetória lhe conferiu o domínio das técnicas, o manejo das armas e das munições:

A atuação de Lamarca junto à esquerda não levantava suspeita dentro do quartel, pois paralelamente à participação política, era impecável quanto às obrigações militares, sendo um oficial admirado tanto pelos superiores quanto por seus subordinados. Campeão de tiro, sua unidade dificilmente perdia uma competição. Pelo bom relacionamento e tratamento humano para com os soldados, todos queriam estar sob seu comando (MACIEL, 2006, p. 26).

O comando da VPR, inspirado na Revolução Cubana (1959) e na teoria da *Revolução na revolução* de Régis Debray (1940 - )<sup>16</sup> (sobre o Guevarismo), com o intuito de formar um embrião revolucionário no campo, irá desenvolver um agrupamento de resistência à ditadura cujo objetivo era de implantar uma revolução nacional libertadora e socialista, muito próxima do *foquismo*<sup>17</sup>, postulado pelo autor francês acima citado.

Lamarca e seus guerrilheiros deixaram no imaginário popular e na memória coletiva das populações do Vale do Ribeira uma característica positiva, comparado a intensa propaganda por parte das Forças Armadas de difamação à guerrilha. São preservados na memória da população rural da respectiva região, aspectos que denotam admiração, respeito e solidariedade, o que demarca uma linha bem distinta da qual o exército utilizou para persegui-los durante a operação antiguerrilha:

Relatos recentes, segundo Monteiro quando irá voltar ao Ribeira com Marcelo Rubens Paiva e Pedro Bial no ano de 1996 para lançarem o livro *Não És Tu, Brasil* e um documentário-vetado pelo exército segundo Monteiro-, diz da relação dos moradores do Vale com os guerrilheiros, de

<sup>16</sup> Intelectual e filósofo francês que acompanhou Che Guevara na guerrilha boliviana onde foi preso. Escreveu a obra *Revolução na revolução* em 1967 que inspirou a juventude revolucionária no Brasil.

<sup>17</sup> O foquismo é uma teoria e prática revolucionária inspirada por Che Guevara e desenvolvida pelo filósofo e jornalista Régis Debray. Foi adotada na década de 1960 pelos grupos armados de esquerda, onde consistia basicamente em criar focos de revolução no mundo, como forma de enfraquecer o imperialismo. A premissa era de que a criação de múltiplos focos de guerrilha rural dificultava a ação repressora por parte das forças armadas governamentais. A conhecida frase de Che Guevara sobre a necessidade de criar "um, dois, três, muitos Vietnãs", exprimi tal pensamento.

que eram muito educados e quando mantinham contato com os agricultores pediam para retirar cachos de banana ou outros víveres, e quando não pediam para comprar. Eram tidos como santos, pessoas muito boas. Ao contrário do exército e seus soldados e oficiais que roubavam galinhas e porcos, maltratavam pessoas simples e humildes, estupravam jovens camponesas e segundo um relato de uma moradora de Eldorado tivera um filho assassinado. Quando perguntado sobre a participação feminina na guerrilha, fala-se em Lara Lavelberg, que logo se retira por problemas de saúde, porém consta que mais duas mulheres participaram más que não recordará o nome lembrando somente da humilhação por serem amarradas nuas em troncos d'árvore nuas para evitar que escapassem da repressão (OLIVEIRA, 2015, p. 34).

Considerando que na trajetória da guerrilha a campanha das Forças Armadas fora acirrada e a perseguição somada ao caráter difamatório exerceu forte influência na opinião pública, desconstruir alguns mitos é fundamental. Lamarca, tido pelos órgãos da ditadura não só como um traidor do exército, mas sob o estereótipo de um bandido, faz com que a memória da guerrilha se divida entre os que afirmam sua condição de terrorista e reproduzam esse discurso e os que qualificam suas atitudes como heroicas e libertadoras.

Na memória de Luís Carlos<sup>18</sup>, morador do bairro Abaitinga de São Miguel Arcanjo, fica a seguinte lembrança:

[...] A única coisa que eles falavam para o povo é que ele era um capitão desertor do exército, terrorista, que matou muita gente, judiou de muita gente, a intenção dele não era ajudar ninguém, que treinava moleques de rua vindos de São Paulo para roubar, e que precisavam pegar eles não podiam deixar esse homem solto (OLIVEIRA, 2015, p. 35).

Em contrapartida, Darcy Rodrigues que fora preso na fuga junto a José Lavecchia<sup>19</sup>, relata no livro de Antonio Pedroso Júnior: *Sargento Darcy, Lugar-Tenente de Lamarca*<sup>20</sup>, as seguintes considerações acerca do grupo (tomando como base o efeito desta fuga sobre as populações locais e a relação dos guerrilheiros com as mesmas):

---

<sup>18</sup> Entrevista concedida no dia 09 de novembro de 2014 no bairro rural Abaitinga, localizado no município de São Miguel Arcanjo - SP para o TCC: OLIVEIRA, Raoni Aratana. **A Guerrilha do Ribeira: Atuação da VPR de Jacupiranga à São Miguel Arcanjo**. Trabalho de conclusão do curso de História. Universidade de Sorocaba, 2015.

<sup>19</sup> José Lavecchia (1919-?), foi um integrante da luta armada contra a ditadura militar brasileira. Sapateiro de profissão integrava a VPR e era um ex-militante do PCB. Desapareceu no Paraná em julho de 1974, quando tentava reingressar ao Brasil junto com mais cinco integrantes da VPR. Foi um dos casos investigados pela Comissão da Verdade, que apura mortes e desaparecimentos na ditadura militar brasileira (1964-1985).

<sup>20</sup> JÚNIOR, Antonio Pedroso, **Sargento Darcy, Lugar Tenente de Lamarca. Uma vida dedicada à busca do socialismo**. Barra Bonita – SP: Texgraf, 2003.

O pequeno grupo continuou a empreender fuga, fazendo contato com os camponeses da região com a finalidade de obter comida, impressionando-se como a maneira como era bem recebido na grande maioria das vezes. Muito dos camponeses que colaboraram com os guerrilheiros foram torturados e mortos pelo exército (JUNIOR, 2003, p.151).

A campanha do exército contava com mais de 20 mil homens das três forças, mais agentes federais e civis, que no entorno da operação investiram nesse trabalho de caráter difamatório e não obtiveram o estimado êxito somado à população; isso se deu no momento de desfecho e fuga nos limítrofes de Sete Barras e São Miguel Arcanjo entre o Vale do Ribeira e a Serra do Paranapiacaba.

A execução a coronhada ao tenente Alberto Mendes Junior<sup>21</sup>, juntamente ao rompimento da barreira do exército no bairro Abaitinga (São Miguel Arcanjo) e a emboscada de um caminhão pipa sob o comando do sargento Koji Kondo, possibilitou que os guerrilheiros tivessem finalmente ultrapassado a Operação Registro.

Seus efeitos e desfecho foram mencionados pelo próprio Lamarca:

Decidimos estabelecer contatos com os camponeses e começamos a receber o apoio deles. Surpreendeu-nos a rapidez desse apoio, que imediatamente nos ofereceram. Não os enganamos, fomos francos com eles e ficamos impressionados com a capacidade que demonstraram para nos compreender. Não queremos dar aqui alguns exemplos para não comprometer famílias inteiras de camponeses, Um jovem casal camponês foi assassinado pelo Exército. Ela estava grávida. O camponês deve ter sido torturado porque não revelou o lugar em que deveríamos ter um encontro com ele. A repressão foi até o lugar, os seus homens disfarçados de camponeses. Mas nós descobrimos o ardil pela maneira como responderam ao nosso cumprimento. Demos imediatamente o alarme. Dias depois viemos, a saber, na cidade de São Miguel Arcanjo, que o susto foi tão grande que toda a tropa opressora atirou-se ao chão, Dois deles rasgaram o braço. Um sargento feriu o rosto num galho de árvore. Os próprios soldados da Força Pública comentavam esses fatos (JOSÉ, MIRANDA, 1986, p. 85).

Apesar da intensa investida de perseguição e difamação à guerrilha e a liderança de Lamarca, tais apontamentos nos sugerem indicativos positivos que vão muito além da

<sup>21</sup> Alberto Mendes Junior (1947- 1970) foi um oficial da Força Pública do Estado de São Paulo durante o Regime Militar no Brasil. Ficou conhecido por seus atos em combate contra a guerrilha de Carlos Lamarca. Após sua morte, teve seu nome inscrito em uma das unidades educacionais da capital paulista (a qual frequentou quando jovem) “Grupo Escolar Capitão Alberto Mendes Junior” em Vila Galvão, Guarulhos.

propaganda empreendida pelo exército. Podemos verificar uma distorção substancial, na medida em que relatos<sup>22</sup> de estupros, torturas e mortes pelas comunidades são recorrentes. Isso faz com que tenhamos um dado comparativo que serve para confrontar o perfil de terrorista, subversivo, entre outros (o qual era propagado pelo exército à guerrilha) bem como a imagem de Carlos Lamarca, quando sua ação é a que remetia a tais julgamentos. De acordo com o historiador Jefferson Gomes Nogueira, que analisa o papel da imprensa na construção do imaginário político de Carlos Lamarca, acerca destes apontamentos:

Buscando tentar romper com as relações de amor e ódio que permeiam nosso imaginário quando tratamos de análises daquele período, partimos do pressuposto que a grande imprensa, durante o regime militar, contribuiu para a produção da imagem de Carlos Lamarca, o posicionando ora como herói, ora como traidor. Neste processo da construção da imagem de Carlos Lamarca durante a luta armada no regime militar o papel da imprensa foi fundamental na seleção dos elementos que fizeram Lamarca “habitar” no imaginário político entre dois mitos: o de herói libertador e do bandido terrorista, subversivo; enfim, uma ameaça à ordem social vigente (NOGUEIRA, 2008, p. 3, 4).

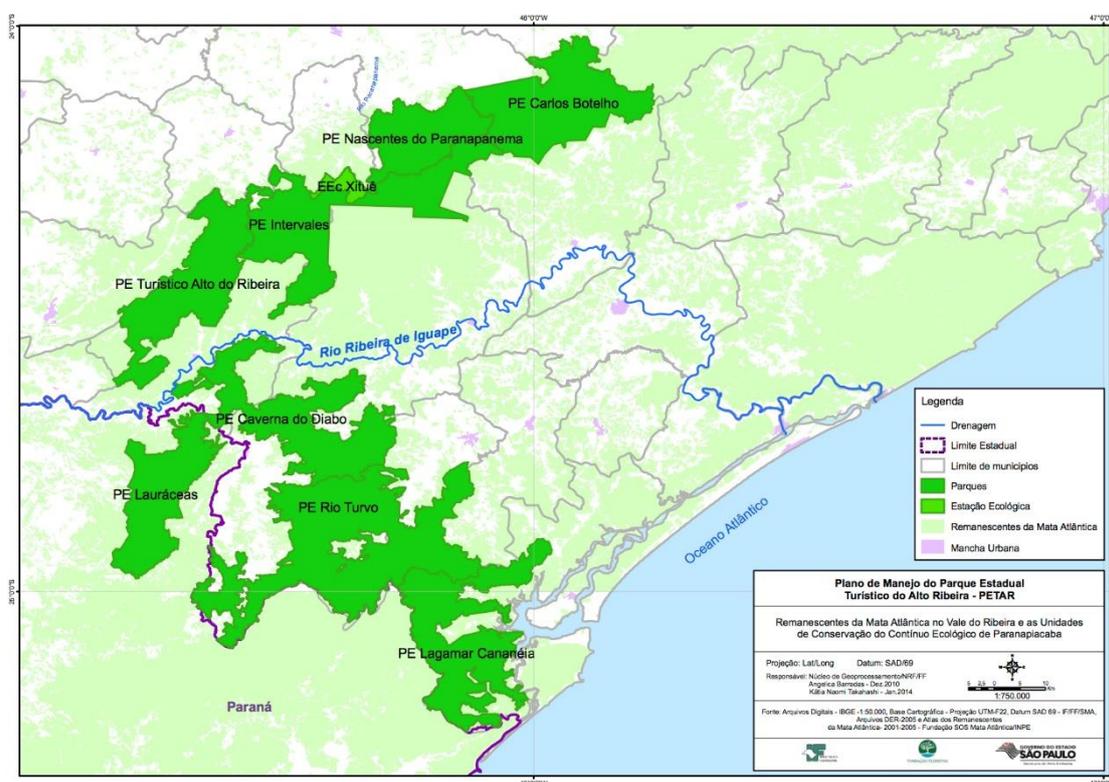
Entre os mitos criados pelo exército e o imaginário popular que recaem sobre a figura de Carlos Lamarca, atualmente ainda existe uma tentativa de apagar a imagem do guerrilheiro junto a de seus companheiros. À exemplo, temos o caso recente da remoção de seu busto do pedestal (objetivo central de nosso artigo, o qual será apresentado logo abaixo). Lamarca e outros guerrilheiros (todos integrantes da VPR), fizeram treinamento de guerrilha em meio à Mata Atlântica, partindo do sítio Capelinha, onde hoje está localizado o Parque Estadual Rio Turvo (em Cajati, Vale do Ribeira). Os guerrilheiros passavam dentre as trilhas nos municípios de Jacupiranga, Registro, Eldorado, Cajati e Sete Barras, no rompimento com o cerco estratégico do exército.

## O BUSTO DE CARLOS LAMARCA COMO ARTE PÚBLICA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Antes de se tornar Parque Estadual Rio Turvo (PERT), a unidade de preservação estava localizada dentro do Parque Estadual de Jacupiranga, o qual era considerado um dos maiores parques do Estado de São Paulo com aproximadamente 150 mil hectares de

<sup>22</sup> Relatos com base na entrevista de Monteiro para o TCC: OLIVEIRA, Raoni Aratana. **A Guerrilha do Ribeira: Atuação da VPR de Jacupiranga à São Miguel Arcanjo**. Trabalho de conclusão do curso de História. Universidade de Sorocaba, 2015.

Mata Atlântica. Em 2008, o Parque Estadual de Jacupiranga foi subdividido em 14 Unidades de Conservação, formando o Mosaico de Jacupiranga. Uma dessas unidades é o Parque Estadual Rio Turvo, localizado nos municípios de Barra do Turvo, Cajati e Jacupiranga, interior de São Paulo.



**Figura 1:** Mapa da região do Alto do Ribeira com destaque para o Parque Estadual Rio Turvo

**Fonte:** Arquivos Digitais - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ver:

[https://ciencia.estadao.com.br/blogs/herton-escobar/wp-content/uploads/sites/81/2017/05/mapa\\_paranapanema.jpg](https://ciencia.estadao.com.br/blogs/herton-escobar/wp-content/uploads/sites/81/2017/05/mapa_paranapanema.jpg)

**Acesso em:** 15 de outubro de 2018.

O PERT mantém uma relação muito próxima com as comunidades locais, atualmente residem no entorno do parque vários grupos de populações tradicionais como quilombolas, pescadores e caboclos, os quais viviam na região antes da criação da unidade.

O Parque se divide em três núcleos: Capelinha, Serra do Cadeado e Cedro; onde oferecem aos visitantes atividades ecoturísticas, abrigando um importante sítio arqueológico (onde foi encontrado um fóssil com cerca de 9 mil anos, considerado o mais antigo registro de ocupação humana dentro do Estado de São Paulo)<sup>23</sup>; trilhas; cachoeiras; cavernas e

<sup>23</sup> Posteriormente denominado pelos pesquisadores de “Luzio” (referência a Luzia, fóssil de esqueleto feminino encontrado em Belo Horizonte que viveu há mais de 11 mil anos, considerado o

sambaquis. Outro atrativo que o Núcleo da Capelinha possui é a passagem de Carlos Lamarca e seus guerrilheiros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em 1970, durante a fuga da ditadura<sup>24</sup>; a gruta e a trilha do Lamarca conectam história e natureza. Além disso, o Núcleo da Capelinha conta com um Centro de Exposições Temático (CET), o qual é constituído por um museu (Museu da Capelinha). Diversos temas são tratados e expostos no CET: a fauna e a flora, a formação de cavernas, a história de Lamarca, entre outros.

Em 2012 é inaugurado o busto de Carlos Lamarca<sup>25</sup> na frente do CET. Feito de ferro, cimento, brita e coberto com piche, pesava aproximadamente 40 quilos, levando 15 dias para ficar pronto, porém, não estava completamente finalizado - segundo seus idealizadores<sup>26</sup>.

---

mais antigo das Américas), o fóssil do Homem da Capelinha é considerado o mais antigo registro de ocupação humana dentro do Estado de São Paulo. Luzio foi transferido para o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da USP em 2000. Fonte: <http://fflorestal.sp.gov.br> Acesso em 02 de junho de 2018.

<sup>24</sup> Hoje, em vários pontos turísticos do parque, nota-se a referência a esse episódio, como a Cachoeira Noiva do Capitão, a Caverna e a Cachoeira do Lamarca. Lamarca e seus 16 guerrilheiros em 1970 utilizaram uma das cavernas do parque, a Caverna da Capelinha, para se abrigar durante a fuga da perseguição do regime militar.

<sup>25</sup> Os recursos vieram da construção de um pedágio da rodovia BR-116. O valor total da construção do museu foi de R\$640 mil reais. Fonte: <https://apublica.org/2017/09/onde-esta-o-busto-de-lamarca/> Acesso em: 02 de junho de 2018.

<sup>26</sup> Em declaração para a Agência Pública de Jornalismo em setembro de 2017, Luiz dos Passos, responsável pelo projeto da obra diz se referindo ao busto: "É bem artesanal mesmo. Depois que o cimento secou, foi pintado com piche para ficar preto." A estátua, entretanto, ainda não está finalizada. "O que falta? Como só foi passado piche, não foi lixada, eu ia passar uma resina para ficar com a aparência bem legal." Fonte: <https://apublica.org/2017/09/onde-esta-o-busto-de-lamarca/> Acesso em: 02 de junho de 2018.



**Figura 2:** No lado esquerdo da imagem: busto de Carlos Lamarca no Centro de Exposição Temático – CET / lado direito: pedestal onde estava o busto de Carlos Lamarca - Parque Estadual do Rio Turvo, Vale do Ribeira

**Fonte:** <https://apublica.org/2017/09/onde-esta-o-busto-de-lamarca/>

Acesso em: 02 de junho de 2018.

Fotomontagem: TUTUI, Mariane Pimentel.



**Figura 3:** Fotografia de Carlos Lamarca que inspirou a obra

**Foto:** Folhapress.

**Fonte:** <http://folhapress.folha.com.br/foto/579994>

**Acesso em:** 02 de junho de 2018.

Encomendada<sup>27</sup> pelo pesquisador e gestor do parque, Ocimar Bin, o projeto da obra foi realizado pelo jornalista cajatiense Luiz dos Passos e esculpida pelo artista plástico Anderson Carvalho.

No dia da inauguração, alguns do ex-integrantes da guerrilha foram participar das fotos oficiais, como por exemplo, o sargento Darcy Rodrigues, o sargento José de Araújo Nóbrega, entre outros que se juntaram a Lamarca para treinamentos na região.

Segundo Luiz dos Passos (criador do projeto), o busto do Capitão Carlos Lamarca foi inspirado em uma fotografia (ver figura 2) encontrada na internet<sup>28</sup>. A imagem data de 1968, quando Lamarca, ainda no exército, atuava como instrutor de tiro para funcionárias do banco Bradesco<sup>29</sup>.

Em agosto de 2017, a estátua de Lamarca é retirada de seu pedestal juntamente com um painel de fotografias e informações sobre a guerrilha, do Centro de Exposição Temático (CET).

A ordem para a retirada do busto e do painel foi dada pelo secretário estadual do Meio Ambiente de São Paulo, Ricardo Salles<sup>30</sup> a Rafael Leonard Campolim de Moraes (responsável pela gerência do Alto Paranapanema da Fundação Florestal, que abrange o Parque Estadual do Rio Turvo e outras unidades). A remoção do busto foi realizada (sem o

<sup>27</sup> A obra fora encomendada através da indicação do sr. Agenor Tavares, um importante colaborador do núcleo Capitão Lamarca, nome oficial do museu local.

<sup>28</sup> Fonte: <https://apublica.org/2017/09/onde-esta-o-busto-de-lamarca/> Acesso em: 02 de junho de 2018.

<sup>29</sup> Por indicação do exército, Lamarca treinava funcionárias do estabelecimento bancário para enfrentar os assaltos que então eram constantemente praticados pelas organizações de esquerda. GASPARI, Elio. **As Ilusões Armadas: A Ditadura Escancarada**. Companhia das Letras, 2002, p. 46.

<sup>30</sup> Ricardo Salles foi secretário estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (governo Alckmin). Um dia antes de sua renúncia da pasta que comandou durante um ano, visitou o Parque do Rio Turvo e ordenou que o coronel Alberto Maufe Sardilli, comandante da polícia militar ambiental retirasse a estátua de Carlos Lamarca. Salles e seu secretário-adjunto Antônio Velloso Carneiro (ambos advogados), são fundadores do Movimento Endireita Brasil (2007). A agremiação político-ideológica foi criada para “corrigir” o que chamou de “demonização da direita no Brasil”. Ver reportagem: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1403201109.htm> Acesso em 01 de junho de 2018.

conhecimento da população) por funcionários do parque e da prefeitura de Cajati. A peça teria sido levada para a cidade de Registro pela polícia ambiental, podendo até deixar o país<sup>31</sup>. O argumento para a retirada foi o de apologia ao crime; segundo relatos sob condição de anonimato de funcionários da unidade para o jornal *Direto da Ciência*<sup>32</sup>, Salles afirmou que o material exposto era “proselitismo ao comunismo” e que “o parque está plantando o comunismo no coração das crianças”- o secretário teria feito estas declarações aos servidores do parque e questionado pela reportagem sobre este gesto ser um prejuízo para o patrimônio histórico e cultural, Salles por meio de sua assessoria de imprensa respondeu, confundindo o nome de Carlos Lamarca ao de Carlos Marighella (1911-1969), outro guerrilheiro pertencente ao grupo Aliança Libertadora Nacional (ALN).

Narrar fatos é uma coisa. Erguer bustos com dinheiro público e em parque público é bem diferente. Marighella [sic] foi um guerrilheiro, desertor e responsável pela morte de inúmeras pessoas. A presença desse busto no local é inadmissível (SALLES, 2017).<sup>33</sup>

Pouco mais de uma hora após enviar a reposta do secretário, a Secretaria do Meio Ambiente pediu para corrigir o erro com a troca dos nomes.

Apesar da retirada do busto não ter gerado protestos da população cajatiense, a filha de Carlos Lamarca se pronunciou, chamando o ato de autoritário:

A retirada do busto do meu pai do Parque Estadual de Rio Turvo, no Vale do Ribeira, não resultou da discussão ou análise técnica, já que o ato derivou-se de uma pasta de cunho ambiental, mas travou-se mediante a determinação unilateral de um representante do poder, logo, confere ao ato, o caráter político e autoritário. Resta a figura minimizada e patética do homem, travando uma "luta" irracional com um fragmento de rocha e metal inerte. A cena, mais do que grotesca e medieval, traduz o medo que a figura do Lamarca ainda provoca nos representantes da direita. Antagonicamente, a ardil atitude, não produz em mim a revolta esperada por alguns, mas a real satisfação de ter a absoluta certeza de que após 45 anos de sua morte, Lamarca ainda assombra o opressor e que a morte não desmaterializou a sua força como exemplo de luta. Os nossos heróis situam-se além de bustos ou estátuas, transcendem no

<sup>31</sup> Fonte:

<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/08/1910509-giannazi-pede-investigacao-de-secretario-que-mandou-tirar-busto-de-lamarca-em-sp.shtml> Acesso em: 17 de agosto de 2017.

<sup>32</sup> Fonte: <http://www.diretodaciencia.com/2017/08/10/secretario-de-alckmin-ordena-tirar-busto-de-lamarca-de-museu-de-parque-estadual/> Acesso em: 03 de junho de 2018.

<sup>33</sup> Fonte: <https://apublica.org/2017/09/onde-esta-o-busto-de-lamarca/> Acesso em 28 de maio de 2018.

tempo e permanecem onde nunca serão extirpados, na memória, no coração e na determinação de continuar na luta! Ousar lutar, ousar vencer! (LAMARCA, Claudia Pavan)<sup>34</sup>

Além da declaração de Claudia Lamarca, o deputado Luiz Turco fez uma moção de repúdio na Assembleia Legislativa estadual no mês de agosto de 2017 e o deputado Carlos Gianazzi protocolou uma ação no Ministério Público Estadual por improbidade administrativa e dilapidação do patrimônio público.,

Após um ano do ocorrido, não se tem informações de onde o busto está guardado, a Fundação Florestal diz estar apurando o caso. O Ministério Público determinou a polícia civil de Cajati a abertura de inquérito contra Salles por crime contra o patrimônio cultural. O delegado Tedi Wilson de Andrade determinou que uma carta precatória fosse enviada à polícia civil de São Paulo para que o ex-secretário seja ouvido na cidade onde reside e um pedido de aumento do prazo para a conclusão do inquérito foi solicitado à Justiça.

Em uma declaração mais recente de Salles para justificar sua decisão ao Ministério Público, publicada no jornal *O Estado de São Paulo* em janeiro de 2018, o mesmo destaca que já prestou as informações devidas e de que espera o arquivamento do inquérito:

Recurso de compensação ambiental não foi feito para colocar busto em parque, como fizeram lá. Ainda mais de uma pessoa que era um criminoso, independentemente do lado ideológico. Seria o mesmo que uma comunidade como a da Rocinha, no Rio, usar dinheiro público para fazer uma estátua do Fernandinho Beira-Mar. Seria usar o dinheiro público de forma inadequada. Mesmo não sendo mais o secretário, continuo achando que não é a melhor coisa ter um busto de Lamarca num parque público (SALLES, 2018)<sup>35</sup>.

Além de destruir um patrimônio histórico e cultural do município de Cajati, o ato de Salles reavivou uma memória incômoda, que inclui bombardeios de napalm<sup>36</sup> pela ditadura na região. Lamarca faz parte da história de Cajati, do Vale do Ribeira e do Brasil;

<sup>34</sup> Depoimento de Claudia Pavan Lamarca, filha de Carlos Lamarca. 12 de agosto de 2017. Fonte: Memória, Verdade e Justiça <https://coletivomemoriaverdadejusticasc.wordpress.com/> Acesso em: 14 de agosto de 2017.

<sup>35</sup> Fonte: <https://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/pelo-interior/mp-investiga-demolicao-do-busto-de-lamarca-em-cajati/> Acesso em 13 de outubro de 2018.

<sup>36</sup> Em 2014, foram encontrados fragmentos das bombas de napalm atiradas pelos aviões T6 e B26, da FAB. Os fragmentos foram entregues para o Ministério Público estadual. Ainda é possível ver as crateras feitas pelas bombas em alguns locais da região. Ver: Napalm no Ribeira <https://apublica.org/2014/08/napalm-no-vale-do-ribeira/> Acesso em: 20 de junho de 2017.

independente de qual seja a posição política do indivíduo, não justifica o ato de remoção desta obra, nem de qualquer outra. A retirada do busto foi um desrespeito à população, uma tentativa de querer apagar sua história e a presença da guerrilha na região.

Neste viés, podemos citar o trabalho da historiadora Deborah Neves: *A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires*<sup>37</sup> como uma relevante fonte de auxílio à preservação da memória dos movimentos de resistência ao regime militar (1964-1985). Nesta obra, além de Buenos Aires, a autora esmiúça os bens culturais tombados em São Paulo relativos ao período da ditadura militar como o antigo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social)<sup>38</sup> e o Arco Tiradentes<sup>39</sup>.

Relativizar os bens tombados, como o Arco Tiradentes e o antigo DOPS, com o monumento em memória a passagem da guerrilha em Cajati, cristalizado no busto de Carlos Lamarca, consiste em ressaltarmos a importância do patrimônio histórico e artístico de bens já tombados, assinalando que este em questão, violado por uma pasta que não corresponde ao CONDEPHAAT tem o dever de ser salvaguardado por órgãos públicos. Mesmo o busto de Lamarca não sendo um bem tombado, o mesmo solidifica a memória coletiva da localidade, tomando como base a passagem dos que lutaram contra a ditadura civil militar.

Violar o monumento utilizando de argumentos parciais e ideológicos é infringir a memória e a história local, levando em conta o peso da experiência de luta contra a

---

<sup>37</sup> NEVES, Deborah Regina Leal. **A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, 2014.

<sup>38</sup> O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), criado em 30 de dezembro de 1924, foi um órgão do governo brasileiro utilizado principalmente durante o Estado Novo e mais tarde na Ditadura Militar, hoje neste local situa-se o Memorial da Resistência de São Paulo, uma iniciativa do Governo do Estado por meio de sua Secretaria da Cultura. O Memorial é uma instituição dedicada à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão política do Brasil republicano (1889 à atualidade) por meio da musealização de parte do edifício que foi sede, durante o período de 1940 a 1983, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP, uma das políticas mais truculentas do país, principalmente durante o regime militar. Fonte: <http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?mn=4&c=83&s=0> Acesso em 14 outubro de 2018.

<sup>39</sup> O Presídio Tiradentes foi um presídio na cidade de São Paulo que ficou conhecido por abrigar presos políticos na Era Vargas e no Regime Militar, iniciado em 1964. O único resquício do Presídio Tiradentes é o Portal de Pedra, tombado pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico) em 1985 como patrimônio histórico e monumento público. Este tombamento ocorre após o reconhecimento da penitenciária como símbolo de luta contra a violência.

opressão e pelas liberdades democráticas, não só dos que empunharam armas, mas das populações que direta ou indiretamente contribuíram para o fim dos anos de chumbo, resistindo a sua maneira.

Sob a ótica de Neves, em relação aos patrimônios, as tentativas de ocultação e demolição dos movimentos de resistência explicam por um lado a dinâmica dos espaços públicos que são alterados, mutilados, subtraídos em diversas localidades do país. Para a autora, a preservação da memória dos movimentos de resistência ao regime militar além de imprescindível:

Se converte em princípio de ação para o presente, ou seja, utiliza-se o passado com vistas no presente, a fim de aproveitar as lições das injustiças sofridas para lutar contra as que se produzem hoje em dia – é o caso da justiça (NEVES, 2014, p. 202).

A paisagem urbana e as manifestações artísticas inseridas em áreas públicas propiciam ao pesquisador elementos capazes de despertar a reflexão acerca das representações das memórias históricas e das identidades criadas no espaço citadino. O reconhecimento de um patrimônio implica nas percepções das dinâmicas sociais e nos embates pela preservação de nossa identidade e memória.

Nossa memória pode ser reavivada por meio de notáveis sensações, odores, sonoridades, sabores e distintas formas de representações visuais do ambiente urbano. A memória socialmente construída aparece relacionada às lembranças associadas a monumentos e lugares particulares da cidade; a observação das manifestações artísticas colocadas no espaço público é capaz de fornecer indícios valiosos referentes aos modos de se pensar a história citadina, entre outras questões, possibilitando que os transeuntes interpretem (no campo simbólico ou cognitivo), memórias, imagens e histórias da cidade. Em suma, os pressupostos conceituais que compõem a arte pública firmam-se nas relações que esta é capaz de estabelecer com o espaço no qual está inserido e com o indivíduo que habita a cidade.

O hábito de preencher o espaço urbano com esculturas teve especial repercussão na França, na segunda metade do século XIX. Por volta de 1870, a demanda de peças sugeriu a caracterização da intitulada “estatuamania”, denominação que solidificou a celebração de personagens históricos republicanos como iniciativa de caráter político-

pedagógico. Assim, tanto na França como no Brasil, a inscrição da estatuária pública, buscou fortalecer simbolicamente os laços entre o Estado e a sociedade civil. Já no decorrer do século XX, a produção de esculturas se propagou por diversas cidades do país, adotando os mais diversos estilos e técnicas.

Alguns pesquisadores apontam que os movimentos de maio de 1968 constituíram um marco na história da arte pública<sup>40</sup> criada como forma de expressão urbana, principalmente quando minorias étnicas, sexuais e raciais passaram a utilizar os murais para sinalizar seus descontentamentos sociais, manifestar suas preocupações e suas experiências estéticas.

A arte urbana seria entendida não apenas como um marco identitário, mas também, como expressão criativa coletiva. Por esse viés, percebemos que o processo criativo de arte pública entrelaça-se à construção da própria memória urbana. Todavia, essa memória não se limita apenas a inserção de obras de arte nesse âmbito. Como salienta Peter Burke: “Em diferentes países, as pessoas têm maneiras diferentes de lembrar o passado”.<sup>41</sup> Uma arqueologia histórica das urbes, inclusive das contemporâneas, possibilita leituras distintas da questão supracitada. A cultura material e os referenciais político-sociais impregnados nos monumentos históricos, nas denominações do espaço e nos vestígios arqueológicos guardam códigos utilizados pelos sujeitos sociais para produzir significado objetivando acepções como identidade nacional e diferença étnica. Outras memórias manifestas por meio dos modos de expressões artísticas e de habitação, também condensam referenciais identitários.

As diferentes maneiras de desfrute do patrimônio (histórico e cultural), reportam às origens dessa população e implicam na transmissão de conhecimentos, no exercício de sociabilidades... A visibilidade das imagens expostas em espaços abertos transmite aos observadores (sejam eles habitantes ou transeuntes ocasionais), uma dada leitura da cidade que lhes sugerem a compreensão das memórias urbanas e dos marcos históricos.

---

<sup>40</sup> É importante ressaltar que as primeiras noções de arte pública se manifestaram na Antiguidade e posteriormente tiveram suas ideias vinculadas aos estudos de urbanística dos finais do século XIX sugeridos por Camillo Sitte e às propostas disseminadas sob o signo da popularização artística e da defesa de uma arte acessível a todos. Ver: SANTOS, C. F. **A obra de arte e o espaço público**. I Seminário de Arte Pública da Cidade de Florianópolis. Santa Catarina: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2003.

<sup>41</sup> BURKE, Peter. A alma encantadora das ruas. Folha de S. Paulo, São Paulo, 31/07/2005, **Caderno Mais**, p. 3.

Em suma, notamos o espaço citadino como cenário de diversas formas de se preservar a memória coletiva. Se nos remetermos a algumas particularidades das cidades, nos defrontaremos com estátuas, nomes de rua, parques, praças, escolas, que recriam e representam imagens da história nacional e/ou global, eternizando eventos, personagens intelectuais e políticos. Estas áreas devem ser integradas ao circuito cultural da arte pública no seu sentido mais pleno, justamente por acolherem signos de memórias (individuais e coletivas) e referências da história, tanto local, como nacional.

Atualmente, o Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>42</sup>, apesar das inúmeras reestruturações administrativas que marcaram a atuação da autarquia a sua criação<sup>43</sup> no governo Vargas, seus objetivos e métodos de ação vêm respeitando os compromissos internacionais assinados pelos países subscritos na *Convenção do Patrimônio* (1972), liderada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)<sup>44</sup>. Como tal o reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro ficou restrito ao tombamento das obras de arte, dos monumentos e dos conjuntos arquitetônicos considerados de alto valor histórico ou de antiguidade<sup>45</sup>.

Posto isso, entendemos o patrimônio cultural e histórico como locus privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade. Quando nos referimos ao conceito de patrimônio, compreendido como expressão mais profunda da “alma dos povos”

---

<sup>42</sup> A educação patrimonial no Brasil tem sido exercida de modo não sistemático desde a década de 1940, principalmente nas cidades em que o IPHAN conserva áreas tombadas, como Ouro Preto e Olinda. Trata-se de atividades interdisciplinares e extracurriculares que se propõem a reconhecer e valorizar as referências culturais locais, regionais e/ou nacionais. De modo geral, essa atividade educacional é muito recente no país, mas vem se intensificando desde as décadas de 1980 e 1990.

<sup>43</sup> 13 de janeiro de 1937, por meio da [Lei nº 378](#), assinada pelo então presidente Getúlio Vargas. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872> Acesso em 13 de outubro de 2018.

<sup>44</sup> Essa noção de cultura, fomentada desde o início da década de 1980 nas convenções internacionais promovidas pela ONU, adquiriu maior amplitude em 1985 em decorrência da *Declaração do México*. A caracterização estendida da cultura apresentada neste documento, definiu o patrimônio como produção de “artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios”; “criações anônimas despontadas da alma popular” e “valores que dão sentido à vida”. Nessa linha, a referida declaração frisou a importância da preservação de “obras materiais e não materiais que expressassem a criatividade de um povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e os monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas”. Também salientou que a “preservação” e o “apreço” pelo patrimônio cultural permitem aos povos a “defesa da sua soberania e independência”. Ver:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>  
Acesso em 15 de maio de 2018.

<sup>45</sup> Na sua maioria de propriedade do Estado e da Igreja católica, e a alguns sítios arqueológicos.

e como “herança viva” que herdamos do passado, vivemos no presente e transmitimos às gerações futuras; reconhecemos que o patrimônio é historicamente construído e correlaciona o sentido de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos. Esse raciocínio de pertença lhes assegura uma identidade cultural, que constitui um suporte valioso para a formação do cidadão; logo, o direito à memória e à preservação do patrimônio de diferentes grupos constitui em um exercício de cidadania fundamental para se criar bases de transformações sociais necessárias para a coletividade.

Para Pierre Nora<sup>46</sup>, a memória recorre aos valores que cultivamos individualmente e está, intimamente, associada à memória coletiva, porque constitui um elemento de negociação importante no convívio social. Para o sociólogo Maurice Halbwachs<sup>47</sup>, a memória individual constitui um ponto de vista da memória coletiva, pois muitos dos seus referenciais são sociais. De acordo com o autor, a memória social ou coletiva é alimentada por recordações moldadas por formas de linguagem, pessoas e datas que se encontram presentes, e ainda predominantes, na vida material e moral das sociedades a qual pertencemos. Essas reminiscências se fundamentam numa série de marcos sociais, os quais se concretizam num dado espaço, tempo e linguagem.

Como asseverou o historiador Jacques Le Goff<sup>48</sup>, a memória permite a sobrevivência do passado, uma vez que, mediante o exercício do pensamento simbólico, a história se eterniza na consciência humana. Sob essa ótica, Le Goff destaca que a “identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com a memória individual e coletiva”, a partir do momento que a sociedade se dispõe a “preservar e divulgar os seus bens culturais” dá-se início ao processo denominado pelo autor como a “construção do *ethos* cultural e de sua cidadania”.

Cabe aqui acrescentar, que o acautelamento da memória se transforma numa “urgência” à medida que a sociedade contemporânea busca preservar vestígios do passado *que lhe permita a reorganização de si mesma*.

<sup>46</sup> NORA, Pierre. **Entre memória e História: a problemática dos lugares**. São Paulo: Projeto História – PUC, 1993, p. 6-8.

<sup>47</sup> HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

<sup>48</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1984.

A noção de patrimônio provém etimologicamente da concepção de “herança paterna”. De acordo com o historiador e arqueólogo Pedro Paulo Funari<sup>49</sup>, esse termo nas línguas românicas deriva do latim *patrimonium* e faz alusão à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados” ou “aos monumentos herdados das gerações anteriores”. Para Funari, essas expressões fazem alusão a *moneo*, que em latim significa “levar a pensar”. Conseqüentemente, as noções de patrimônio cultural mantêm-se ligadas às de lembrança e de memória – uma categoria básica na esfera das ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são salvaguardados em razão dos sentidos que despertam e dos vínculos que mantêm com as identidades culturais.

Somente nos últimos anos do século passado que a preservação dos bens naturais e culturais passou a ser admitida como um gesto positivo e inteligível. A acepção de patrimônio se dilatou não se limitando à definição de sítios arqueológicos, obras de arte, monumentos, conjuntos arquitetônicos ou antigos objetos referentes às representações do poder político. Essa noção se ampliou aos diversos modos de viver, formas de linguagem, gastronomia, celebrações, enfim, modos de usar os bens, os espaços físicos e a paisagem. O surgimento dos bens simbólicos à condição de patrimônio estimulou a sociedade (em especial as minorias e grupos étnicos). O entendimento de que o patrimônio não se limitava aos bens das elites dominantes tornou evidente que o próprio conceito de patrimônio e as ações em sua salvaguarda figuram como construções sociais, historicamente arquitetadas, aptas a promover o significado de pertencimento dos cidadãos.

## CONCLUSÃO

Diante de inúmeros desafios, a atitude de proteger o patrimônio local deve ser incentivada, de modo a resguardar as raízes plurais dos povos e suas tradições culturais, uma vez que estas expressam as origens étnicas e implicam, a conservação de suas identidades. Para agregar a população residente ao “legado vivo” da história de sua cidade ou região, faz-se imperiosa a adoção de políticas patrimoniais pluralistas, aptas a valorizar a diversidade ambiental, as heterogeneidades culturais e as múltiplas identidades, de modo a

<sup>49</sup> FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos Palmares. **Diálogos**, Maringá: Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, v.9, n.1, 2005, p.34.

fomentar a convivência harmoniosa entre o homem e o meio e assegurar a inclusão social dos cidadãos. Essas medidas devem partir do ponto de que a sociedade que não respeita o patrimônio histórico, cultural, artístico, nacional, em toda a sua diversidade, corre o risco de perder sua identidade e enfraquecer seus valores mais singulares, impedindo o exercício de cidadania.

Outra medida é o ensino sistemático e contínuo da população por meio das metodologias da Educação Patrimonial e Ambiental, a qual deve promover a formação e o esclarecimento acerca do processo de construção das identidades étnicas e possibilitar o desenvolvimento de reflexões em torno do significado coletivo e plural da história e das políticas de preservação. Ademais, pode estimular o desejo de manutenção das práticas do passado sem ignorar os benefícios da tecnologia, oferecer discussões sobre o manejo das áreas e parques protegidos, bem como os núcleos que os agregam, visando à manutenção dos bens protegidos (como exemplo, o busto de Carlos Lamarca) e preservados na dinâmica social e econômica da região ou cidade onde se inserem.

É essencial que além da salvaguarda das Unidades de Preservação do parque, incluindo seus núcleos, recuperem também a área física degradada; o painel explicativo com as fotos e informações do guerrilheiro e ex-capitão do exército Carlos Lamarca pela região; e principalmente seu busto, o qual tem a urgência de ser reconhecido pelo seu valor cultural, histórico e acima de tudo artístico, não somente como um patrimônio para a população do município de Cajati, mas também para toda a região do Vale do Ribeira. Faz-se necessário, enveredar pelo conteúdo objetivo da obra, analisar sua intencionalidade plástica e a carga subjetiva de suas formulações. Para tanto, deve-se observar o busto de Lamarca como um documento que suscita a compreensão de determinados contextos e memórias históricas, como por exemplo o da ditadura militar, período significativo para a história política do país, o qual não podemos deixar que caia no esquecimento, principalmente diante do atual contexto político brasileiro de grave ameaça ao estado democrático.

Nesse sentido, visamos salientar que o reconhecimento de um patrimônio, implica nas percepções das dinâmicas sociais e nos embates pela preservação de nossa identidade e memória coletiva.

Porventura, um dos maiores impasses a serem enfrentados e superados pela sociedade contemporânea esteja cravado na necessidade de digerirmos as diferenças e fomentarmos a tolerância à pluralidade, cada vez mais, ávida por explorar as “fronteiras culturais” e os antigos limítrofes sociais. O reconhecimento dos processos imigratórios e migratórios inerentes ao desenvolvimento das sociedades humanas e as contínuas reivindicações de distintos movimentos sociais, étnicos, religiosos, raciais, políticos, etc., emergentes na atualidade não podem ser mais dissimulados nas análises sobre as culturas, os patrimônios e as identidades individuais e coletivas.

Cumpra-nos mais uma vez destacar que é iminente que se fomente o respeito ao patrimônio e a diversidade cultural. Esperamos que os apontamentos deste artigo ora apresentados possam contribuir nesta direção e, quem sabe, instigar a realização de novos trabalhos, como também (e principalmente) a recuperação do busto de Carlos Lamarca juntamente com a sua memória.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILHON, Maurice. **Marianne au pouvoir. L'imagerie et la symbolique républicaines de 1880 a 1940.** Paris: Flammarion, 1989.

ALVES, Márcio Moreira. **68 mudou o mundo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BURKE, Peter. A alma encantadora das ruas. Folha de S. Paulo, São Paulo, 31/07/2005, **Caderno Mais**, p. 3.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

EMILIANO, José; MIRANDA, Oldack. **Lamarca o capitão da guerrilha.** Global editora e distribuidora Ltda. São Paulo / Rio de Janeiro, 1986.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos Palmares. **Diálogos**, Maringá: Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, v.9, n.1, 2005.

GASPARI, Elio. **As Ilusões Armadas: A Ditadura Escancarada.** Companhia das Letras, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

JÚNIOR, Antonio Pedroso, **Sargento Darcy, Lugar Tenente de Lamarca. Uma vida dedicada à busca do socialismo.** Barra Bonita – SP: Texgraf, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Ed. da Unicamp, 1984.

MACIEL, Wilma Antunes. **O capitão Lamarca e a VPR: repressão judicial no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2006.

NEVES, Deborah Regina Leal. **A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, 2014.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. Carlos Lamarca no imaginário político brasileiro: O papel da imprensa na construção da imagem do “Capitão Guerrilheiro”. **Revista Ágora.** Vitória, nº 7, 2007, p. 01 - 28.

NORA, Pierre. **Entre memória e História: a problemática dos lugares.** São Paulo: Projeto História – PUC, 1993.

OLIVEIRA, Raoni Aratana. **A Guerrilha do Ribeira: Atuação da VPR de Jacupiranga à São Miguel Arcanjo.** Trabalho de conclusão do curso de História. Universidade de Sorocaba, 2015.

PAIVA, Marcelo; RUBENS, **Não és tu Brasil,** São Paulo, Mandarin, 1996.

RIDENTI, M. **O Fantasma da revolução brasileira,** São Paulo: ed. UNESP Fundação, 1993.

SANTOS, C. F. **A obra de arte e o espaço público.** I Seminário de Arte Pública da Cidade de Florianópolis. Santa Catarina: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2003.